

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE):  
A Inclusão Escolar de Alunos Surdos em uma escola de Teresina – PI**

Conceição de Maria Carvalho Mendes<sup>1</sup>  
Jane Cris de Lima Cunha<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo intitulado Atendimento Educacional Especializado (AEE): A Inclusão Escolar de Alunos Surdos em uma escola municipal de Teresina, norte baiano, tem como objetivo geral analisar como se processa a inclusão e a aprendizagem dos alunos surdos em uma escola municipal de Teresina. E tendo como objetivos específicos: preparar os professores e a escola para efetivar a inclusão adequada; elaborar o Projeto Político Pedagógico (PPP) com projetos que envolva a língua brasileira de sinais; trabalhar a Língua de Sinais (Libras) não só com os alunos surdos, mas com todos os alunos da escola, como forma de envolver a comunidade escolar e alcançar um bom resultado na comunicação dos surdos; Envolver os alunos surdos em todas as atividades atribuídas aos demais alunos com a segurança de que está ocorrendo comunicação entre todos e impedindo que ocorra sentimento de inferiorização na comunidade surda e que atenda as especificidades dos mesmos. Nesta pesquisa foi utilizada a metodologia quantitativa e descritiva pelos meios de observação, acompanhamento diário na sala de aula e questionários trazendo indagações específicas contribuindo para um diálogo entre as partes. Eles foram atribuídos aos professores efetivos, direção da escola. A pesquisa foi embasada nas leis que amparam a educação brasileira, nas ideias de Rosita Edler Carvalho, Maria Tereza Eglér Mantoan, Paulo Freire, Declaração de Salamanca entre outros. Na realização desta pesquisa constatou-se que para a escola se tornar inclusiva são necessárias reflexões entre os responsáveis pela educação buscando o cumprimento das leis e a remoção de barreiras com um único objetivo: ensinar a todos sem discriminação.

**Palavras-chave:** Inclusão. Alunos surdos. AEE Escolar.

**ABSTRACT**

This article entitled Specialized Educational Service (AEE): School Inclusion of Deaf Students in a municipal school in Teresina, northern Bahia, has the general objective of analyzing how the inclusion and learning of deaf students in a municipal school in Teresina takes place. And having as specific objectives: to prepare teachers and the school to effect adequate inclusion; to elaborate the Pedagogical Political Project (PPP) with projects that involve the Brazilian sign language; working with Sign Language (Libras) not only with deaf students, but with all students in the school, as a way to involve the school community and achieve a good result in deaf communication; Involve deaf students in all activities assigned to other students with the certainty that communication is taking place between all and preventing the feeling of inferiority in the deaf community and meeting their specificities. In this research, the quantitative and qualitative methodology was used by means of observation, daily monitoring in the classroom and questionnaires bringing specific questions contributing to a dialogue between the parties. They were assigned to the effective teachers, school director. The research was based on the laws that support Brazilian education, on the ideas of Rosita Edler Carvalho, Maria Tereza

<sup>1</sup> Professora doutora em Administração pela UNINTER. Professora Mestre em Administração pela Universidade Federal da Paraíba. Professora do quadro efetivo da Universidade Estadual do Piauí. email: mendesconceicao628@gmail.com.

<sup>2</sup> Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Ceará (1998), Especialização em Gestão de Sistemas Locais de Saúde pela Escola de Saúde Pública do Ceará (2001), Mestrado em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará (2005), Aperfeiçoamento em Epidemiologia para Gestores de Saúde pela Johns Hopkins University/MS (2006/2007) e Doutorado em Saúde Coletiva Associação Ampla UECE/UFC/UNIFOR (2014). Atualmente é responsável técnica pelo Programa de Vigilância e Controle das Leishmanioses do Estado do Ceará.

Eglér Mantoan, Paulo Freire, Salamanca Declaration, among others. In conducting this research, it was found that for schools to become inclusive, reflections are necessary among those responsible for education, seeking to comply with laws and remove barriers with a single objective: to teach everyone without discrimination.

**Keywords:** Inclusion. Deaf students. School ESA.

## **Introdução**

Este artigo tem como tema: O Atendimento Educacional Especializado (AEE): A Inclusão escolar de alunos surdos em uma escola da rede municipal de ensino de Teresina.

O presente artigo tem como objetivo geral analisar como se processa a inclusão e a aprendizagem dos alunos surdos nesta escola e como objetivos específicos: preparar os professores e a escola para efetivar a inclusão adequada; elaborar o Projeto Político Pedagógico (PPP) com projetos que envolva a língua brasileira de sinais; trabalhar a Língua de Sinais (LIBRAS) não só com os alunos surdos, mas com todos os alunos da escola, como forma de envolver a comunidade escolar e alcançar um bom resultado na comunicação dos surdos; Envolver os alunos surdos em todas as atividades atribuídas aos demais alunos com a segurança de que está ocorrendo comunicação entre todos e impedindo que ocorra sentimento de inferiorização na comunidade surda e que atenda as especificidades dos mesmos.

Esta pesquisa foi realizada buscando encontrar caminhos que solucionem o problema da inclusão dos alunos surdos nesta escola, no entanto o que foi constatado durante a pesquisa e após a conclusão dela é que não há como concluir esse artigo com resultados acabados porque é um processo lento que se ajusta a cada dia, no entanto o fato da participação nos questionários atribuídos para cada profissional desta escola já impactou a comunidade escolar e já levou a todos a enxergar a necessidade da inclusão destes alunos.

O objeto de estudo desta pesquisa são três alunos surdos do Ensino Fundamental, anos finais da escola em foco. Estes alunos são matriculados na escola, frequentam a sala regular de ensino e em horário oposto estudam na Sala de Recursos que é o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esta sala funciona como um reforço, no entanto ela não consegue realizar um trabalho com excelência porque os professores não conseguem contribuir para isso.

O que me levou a falar sobre a inclusão e o baixo desempenho escolar dos alunos surdos dessa escola foi a frequência desse público desde o ano de dois mil e dois (2002) ano em que comecei a trabalhar nessa escola e a inquietação por trabalhar com esses alunos todos os anos e notar que o grupo de professores, gestores e demais funcionários da escola não estão

conseguindo desenvolver o trabalho adequado com os mesmos por não possuir a preparação necessária para tanto.

Nesse sentido, torna-se indispensável fazer uma reflexão com todo o grupo responsável pela educação dos surdos e pensarmos juntos que atitude tomar para conseguirmos sucesso no aprendizado dos mesmos? Em meio a tantas barreiras e talvez até descaso dos gestores municipais torna-se interessante que a equipe escolar tenha a iniciativa de cobrar da Secretaria de Educação uma capacitação em LIBRAS para a comunidade escolar.

Porém, apenas isso ainda não é suficiente, mas além da capacitação de todos da escola ainda é necessário que a escola seja suprida com os materiais didáticos necessários para trabalhar com esses alunos na sala de aula do ensino regular. Com isso, o cenário tem a possibilidade de mudar e em um futuro próximo o resultado tende a ser bem melhor do que o atual.

Nessa pesquisa foi utilizado um estudo qualiquantitativo e descritivo sobre a aprendizagem e a inclusão dos alunos surdos do Ensino Fundamental, anos finais desta escola. Os participantes são três alunos adolescentes, carentes nos âmbitos financeiro, social e afetivo.

Para obtenção de dados concretos foi feito visitas nas residências de cada aluno surdo com a intenção de observar as situações de moradia, de convívio com a família, com vizinhos, com colegas vizinhos e coletar informações com os pais dos alunos ou responsáveis sobre o comportamento dos mesmos no seio familiar. Além da observação foi aplicado um questionário para os responsáveis pelos alunos com a intenção de aprofundar o conhecimento sobre os mesmos.

### **O que é a surdez**

O que é surdez? Iniciamos esse capítulo com a definição de surdez. Segundo o curso WR - Educação e Excelência, surdo é o nome dado a impossibilidade e dificuldade de ouvir, podendo ter como causa vários fatores que, podem ocorrer antes, durante ou após o nascimento. A deficiência auditiva pode variar de um grau leve a profunda, ou seja, a criança pode não ouvir apenas os sons mais fracos ou até mesmo não ouvir algum (MANTOAN, 2015).

Partindo dessa definição podemos dizer que a educação para surdos é carente de mudanças e que ela precisa de um olhar humanizado. O aluno surdo precisa ser preparado para uma vida independente. A escola deve se preocupar com a sua aprendizagem porque ele precisa ser preparado por inteiro.

### **Legislação de amparo ao surdo**

Para isso, faz-se necessário uma articulação entre leis, governo, secretarias e escola. Eles necessitam ser preparados não só para o mundo do trabalho, mas precisa ser garantido neles os direitos fundamentais: intelectual, afetivo, espiritual, social, ou seja, eles precisam de uma proteção integral. Para inserir os alunos surdos numa proteção integral é preciso unir forças entre família, comunidade, sociedade e poder público. Não deixando que falte uma aprendizagem de qualidade que é o aspecto crucial na formação do cidadão.

A aprendizagem deles perpassa do que as escolas costumam alcançar nos alunos considerados normais. Ela precisa levar o aluno surdo a aprender ler, escrever e socializar-se. Eles devem ser preparados para serem profissionais em áreas diversas assim como os demais alunos ouvintes. Para tanto faz-se necessário que os professores sejam preparados para trabalhar com esse público e a partir disso terem a autonomia de estimulá-los para prosseguirem nos estudos dando o direito de escolherem o curso que lhe agrada. O artigo 227 (duzentos e vinte e sete) do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) afirma:

Art. 227. É dever da família, da sociedade, e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Lei 8.069/90).

Se a lei assegura direitos para os alunos, os surdos fazem parte desses direitos. A esses devem ser iniciados esses direitos com a eliminação de barreiras. Existem várias barreiras na vida dos surdos. Uma delas é a baixa autoestima. Raramente um aluno surdo conclui o Ensino Fundamental anos finais e adentram no Ensino Médio. A porcentagem é ainda menor quando se trata em Ensino Superior. Essa afirmação é baseada na realidade dos alunos desta escola.

Outra barreira na vida deles é vivenciada ainda no seio familiar. Os pais geralmente possuem muitos filhos, pouca condição financeira, pouco estudo e para agravar a situação não aceitam as limitações dos seus filhos. E isso gera a ignorância quanto aos direitos e deveres de seus filhos e impossibilita que esses tenham uma vida normal como as pessoas sem limitações.

Por outro lado, o Estado coloca uma máscara quanto ao direito da inclusão quando não está cumprindo as leis. O aluno é matriculado, mas não encontra dentro da escola o suporte necessário para o seu desenvolvimento. A escola não recebe a preparação necessária para os docentes, nem suporte técnicos e demais materiais que permita ocorrer o desenvolvimento humano. Nela, a principal barreira que impede os surdos não alcançarem bons resultados é a

falta de comunicação entre eles e a comunidade escolar. Sem essa aprendizagem não há condição do aluno surdo conquistar sua cidadania e aprendizagem. Enquanto não houver a capacitação dos professores e seja criado o respeito da igualdade com mecanismos que auxiliem nesse sentido não há inclusão. O artigo 3º (terceiro) do ECA diz o seguinte:

Art.3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei assegurando-se lhes por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Lei 8.069/90).

Segundo o artigo acima as crianças gozam de todos os direitos fundamentais que é a proteção integral, garantia intelectual, afetivo, espiritual, saúde, esporte, profissionalização. Porém, falta o cumprimento das Leis. Na prática a maioria dos direitos não acontecem. As leis possuem fragilidades e uma grande parte desses direitos fica apenas no papel. Um exemplo claro é o que acontece nessa escola. Desde a sua inauguração que nunca faltou aluno surdo e o poder público nunca se preocupou com esse problema.

O sistema precisa cumprir as leis e criar mecanismos que ajude os alunos surdos a viverem melhor a não encontrarem essas barreiras que impedem o seu crescimento integral e a usufruir dos direitos fundamentais que a lei assegura. Ainda no ECA artigo 4º (quarto) continua a afirmação sobre os deveres de todos que contribuem para o bom desenvolvimento dos alunos:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Lei 8069/90)

De acordo com o artigo acima a criança tem o direito garantido por lei de ser protegida. Essa proteção ainda não está sendo cumprida integralmente nessa escola. Já houve um avanço tímido nos direitos fundamentais. Até há poucos anos o atendimento dos alunos surdos da escola não tinham nenhum apoio. Hoje a escola já possui uma sala de recursos que contribui de forma grandiosa no acolhimento e na escolarização. Quando não existia essa sala de recursos parecia que a escola estava oferecendo um favor.

Segundo a história da educação na antiguidade primitiva a escola servia apenas para satisfazer necessidades cotidianas do ser humano. Esse sistema de educação não era pensado. Qualquer pessoa que tivesse um estudo mais elevado podia ensinar. Não precisava ser

habilitado. Era uma educação espontânea baseada na prática, na imitação. Ela era igual para todos. Era uma educação oferecida para a elite. Os escravos não tinham direito a educação. Com o surgimento do Renascimento muitas descobertas acabam influenciando a educação nas ideias pedagógicas. As grandes navegações, a invenção da bússola, o uso da pólvora todos esses acontecimentos contribuíram para a educação sofrer mudanças.

Já na idade moderna o homem estava em constante busca do novo e começou a se interessar pela matemática, artes, medicina, biologia, astronomia. Tudo isso contribuiu na transformação da escola. Essas transformações na época eram consideradas ideias revolucionárias. Até hoje o ser humano corre atrás de inovações na educação. Muitas pesquisas existem na tentativa de melhorá-la. Isso é um ponto positivo, mas percebemos um entrave porque a educação requer tempo para mostrar resultados. E muitas vezes os políticos não tem os olhos voltados para esse fim por esse motivo. Eles preferem priorizar aquilo que mostra resultado imediato mesmo sabendo que somente a educação oferece oportunidades, desenvolvimento do sujeito e organização da sociedade.

As Leis brasileiras nos asseguram educação para todos, mas a escola ainda conserva uma certa seletividade entre os alunos mesmo com a existência das leis que buscam ampará-los. Isso é porque há pouca efetividade das leis dentro da escola elas são pouco debatidas entre os profissionais da educação. Por isso que as leis que defendem a inclusão ainda encontram muita dificuldade para se efetivarem na escola. A educação inclusiva vem sendo mais debatida nos últimos dias. Esses debates ainda estão falhos porque ainda não estão incluindo as famílias que são partes essenciais no processo inclusivo. Elas são peças indispensáveis na participação de tudo sobre a inclusão e podem contribuir na efetivação de uma inclusão verdadeira.

### **O papel do ECA**

Se a escola conseguisse inserir a família nesse processo de forma rígida, talvez essa parceria ajudasse a escola conseguisse força para desenvolver entre as pessoas sentimento de solidariedade, convivência, responsabilidade e divisão de tarefas entre escola e família. A escola deve assumir a postura de olhar para a sociedade tentando buscar soluções para melhorar a vida dos seus alunos. Ela deve ser um espaço de luta e não deve permitir que o contraditório aconteça porque até o homem livre está sendo excluído. Ainda recorrendo ao artigo 5º do ECA:

Art. 5º (quinto). Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Lei 8069/90)

As crianças são pessoas que ainda estão em busca da autonomia e da sua formação. Nenhum responsável por ela pode negligenciar o direito que a leve a ter condição de se desenvolver totalmente. Seja ela pobre, rica ou com limitações. Esta ideia de punição na forma da lei, está ligada a uma medida de proteção.

O Estatuto da criança e do Adolescente foi criado como medida protetora em prol do menor. Ele surgiu para que fosse cumprido o que está expresso por lei e para garantir que sejam efetivadas as políticas públicas a favor da criança e do adolescente. Rosita Egler fala o seguinte sobre políticas públicas:

Creio por bom senso, que precisamos entender que escolas receptivas e responsivas, isto é, inclusivas, não dependem só e apenas dos seus gestores e educadores, pois as transformações que nela precisam ocorrer, urgentemente, estão intimamente atreladas às políticas públicas em geral e, dentre elas, às políticas sociais (CARVALHO, 2016, p. 17)

A escola para ser inclusiva precisa sair do “eu para nós”. Ela deve ir além da transmissão de conteúdo. Ela não prepara o aluno para a vida porque ela é a própria vida. Ela é aquela que respeita o direito a igualdade e trabalha com ideia de equidade. Dá a cada um o que necessita em função dos seus interesses e características individuais. A educação é uma prática humana que se destaca desde os primórdios da humanidade. É só a partir dela que o ser humano se diferencia dos animais. Ela estimula o ser humano a raciocinar e potencializar a capacidade de pensar. De nada adianta a criação das leis se ela não for praticada. Ela precisa ser pensada e praticada. As duas coisas andam juntas.

Precisamos aprender a respeitar e contribuir para o desenvolvimento de cada aluno. De nada adianta o professor preparar boas aulas para os alunos ouvintes e não se preocupar em atender também os alunos não ouvintes. Essa é uma prática que acontece no cotidiano escolar desta escola. Como pode ser desenvolvido o potencial do aluno surdo se ninguém contribui para isso?

A educação vai ajudar o ser humano a refletir, a acompanhar as mudanças e através dela adquirir novas posturas. Consequentemente isso faz com que a sociedade fique cada vez mais humanizada e aos poucos diminuindo a ideia meritocrática que infelizmente ainda existe na escola. Contudo, ainda encontramos na escola profissionais que não se preocupam com o crescimento pessoal e profissional (FREIRE, 2018).

Por isso o pensamento meritocrático não foi extinto ainda da escola. Ele contribui para analisarmos fatos erroneamente no processo escolar. Ele nos leva a assumir postura onde

avaliamos apenas o aluno. Se ele não vai bem na aprendizagem, o problema é apenas dele. A postura e a didática do professor podem continuar na mesmice.

A escola precisa analisar que dentro dela e de uma mesma sala de aula temos muitas diferenças entre os alunos por diversos motivos. Diferença econômica, cultural, afetiva, problema familiar que atingem diretamente na aprendizagem e ainda o desenvolvimento diferenciado do aluno não ouvinte. Segundo Rosita Edler Carvalho, em seu livro com os pingos nos “is” fala o seguinte sobre essa diversidade:

Precisamos definitivamente entender que a proposta de educação inclusiva não foi concebida para determinados alunos apenas, pois é considerável a produção do fracasso escolar, excludente por sua própria natureza. A escola precisa melhorar para todos, indistintamente. Precisa se tornar uniforme! (CARVALHO, 2016, p. 33)

Educação Especial não pode ser um sistema paralelo à educação regular. Se formos pensar em diferença, ninguém é igual. Temos apenas ritmos e formas diferenciadas de aprendizagem. A preocupação que deve existir entre nós é evitar o pensamento binário de pessoas normais e anormais. Quando falamos em pessoas anormais muitas vezes desenvolvemos sentimento de piedade, de caridade, de dó. Esse pensamento não é correto porque ele não contribui com o crescimento de ninguém. Pelo contrário ele pode contribuir para o fracasso. A comunidade escolar precisa construir uma postura ética dentro da escola. Aquela postura da boa convivência. Ela vai romper com a lógica da exclusão. A exclusão é um processo criado pela sociedade. A natureza não exclui ninguém.

O que precisa ser feito é uma proposta entre os responsáveis pela educação de encontrar meios que levem a descobrir as principais dificuldades dos seus alunos, qual o problema que leva eles a não se desenvolverem e como conduzi-los ao sucesso. Este pode ser um ponto de partida para o sucesso da aprendizagem. É papel da escola alargar os caminhos para poder encontrar uma forma em que a aprendizagem aconteça. A escola é um espaço social responsável por criar oportunidades de desenvolvimento total do aluno. No entanto nem os alunos chamados “normais” estão tendo este atendimento devido a muitos fatores como; políticos, estruturais e principalmente pela falta de preparação profissional.

### **Análise e discussão dos resultados**

O questionário a seguir foi atribuído apenas para os professores efetivos. Essa iniciativa foi tomada com o objetivo de colher informações com pessoas mais experientes e que podem



responder com mais segurança, visto que já são profissionais que trabalham há alguns anos na escola. Portanto a entrevista foi realizada apenas com seis professores (06). A escola possui mais professores, mas como eles são contratados e não permanecem nesta escola por muito tempo, mudam a cada ano, talvez eles não conheçam o perfil dos alunos, da comunidade e podem não possuir, portanto, firmeza nas respostas da mesma forma que os efetivos devem ter. Foram elaboradas dez perguntas com o intuito de colher no máximo as informações sobre o ensino aprendizagem dos alunos surdos e o acompanhamento dos mesmos em sala de aula.

Professor, convido você a responder às questões referentes ao processo ensino aprendizagem dos alunos surdos de forma clara e sincera.

01-Sabemos que os professores dessa escola não sabem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

No gráfico 1:Você acha que sem essa aprendizagem é possível a transmissão dos assuntos ministrado por você e pelos demais professores na sala de aula regular para os alunos surdos? Eles conseguem acompanhar os assuntos que você está trabalhando? Explique.

- Cinquenta por cento (50%) afirmaram que não.
- Trinta e três por cento (33) afirmaram que em partes.
- Dezesete por cento (17%) afirmaram que não.

Mediante as respostas dadas pelos professores podemos deduzir que houve um receio em mostrar a realidade. Pode ser que alguns temeram de que há uma observação do seu trabalho em sala de aula por trás desta pesquisa e outros podem ter se equivocado nas respostas porque ocorreu um contraste entre as respostas dos alunos sobre o mesmo assunto e a dos professores.

Como você professor se sente ao se deparar com um aluno surdo na sala de aula? Qual é a sua primeira preocupação?

- Uma (01) professora respondeu que se sente incapaz.
- Duas (02) professoras responderam que se sentem preocupadas.
- Uma (01) professora respondeu que se sente triste por não poder atender os alunos.
- Uma (01) professora respondeu que se sente triste por não poder ajudar os alunos.
- Uma (01) respondeu que fica triste por não poder ajudar

Diante destas respostas, mesmo com dizeres diferenciados, mas todas afirmaram que não ajudam os alunos.

Como você se comunica com seu aluno surdo?

- Trinta e três por cento (33%) disseram que se comunica através de gravuras.
- Trinta e quatro por cento disse que se comunica através de gestos informais.

- Trinta e três por cento disse que se comunica através da ajuda dos alunos.

O que podemos observar é que a escola não está uniformizada quanto a forma de ensinar os alunos surdos. Ela precisa de uma organização para que de fato ela se torne inclusiva.

Qual é a metodologia utilizada por você para trabalhar com os alunos surdos?

- Sessenta e sete por cento (67%) respondeu que trabalha com os alunos surdos com atividades escritas.
- Trinta e três por cento afirmou que não trabalha com nenhuma.

Esse resultado provou que a escola não está cumprindo as leis do nosso país que tanto defendem a inclusão e também está reforçando a décima resposta dos alunos onde eles afirmaram que setenta e cinco por cento (75%) dos alunos só sabe ler. Na verdade, os alunos só sabem copiar as atividades que o professor copia na lousa. São alunos copistas que não conseguem ser independente nas atividades escolares.

Na sua opinião, a forma como os alunos surdos desta instituição estão sendo ensinados é adequada? Explique sua resposta.

- Cinquenta por cento (50%) respondeu que não.
- Cinquenta por cento (50%) respondeu que sim.
- Zero por cento (0%) em partes

Creio que esta divisão de cinquenta por cento (50%) ocorreu pelo fato de que na escola há uma sala de recursos que atende os alunos deficientes e há, portanto, a interpretação de que esta sala dá conta de ensinar os alunos esta porcentagem. Isso prova que a metade dos professores ainda não entendeu que a sala regular de ensino é responsável pela aprendizagem dos alunos surdos. Segue algumas respostas

Professora A: Acredito que dentro das possibilidades nos esforçamos para desempenhar um bom trabalho, porém, ainda fica muito a desejar.

Professora B: Em partes: Porque são acompanhados na sala de recursos e as professoras orientam os demais professores.

Professora C: Não porque não tem muitas pessoas preparadas para tal,

A professora A falou que dentro das possibilidades. A professora B respondeu que em partes. E a professora C: Não porque não tem muitas pessoas preparadas para tal. Todas elas falaram com palavras diferentes a mesma resposta.

### Considerações finais

Neste artigo foi apresentado sentimento de insatisfação na aprendizagem dos surdos e preocupação não só pela comunidade surda da instituição como da Educação Inclusiva como um todo. Portanto é necessário que a comunidade escolar una forças e busque de todas as formas o cumprimento das leis que regem nosso país. Precisamos de uma educação que prepare nossos alunos por inteiro e que nossos representantes políticos busquem, como diz Rosita Edler Carvalho, “remover barreiras” para que se inicie uma inclusão verdadeira nessa escola.

Para isso é preciso que no Colégio Municipal Manoel Ricardo de Almeida inicie uma reorganização escolar nos aspectos pedagógicos e administrativos. Em princípio temos que elaborar o (PPP) porque é a partir desse documento que vamos dar início à Educação Inclusiva na instituição. É a partir da elaboração dele que a escola iniciará um planejamento mais adequado em torno do currículo a favor dos surdos como também elaborar um projeto que atenda às necessidades dos mesmos.

Nesse planejamento é interessante que sejam incluídos o conhecimento que os alunos já trazem consigo. Como já conhecemos a clientela e já sabemos dos recursos humanos e materiais que a instituição disponibiliza isso facilitará a elaboração e a adequação necessária para trabalharmos a inclusão. Nessa adequação devemos eliminar a ideia de disciplinas rígidas, conteúdos totalmente fragmentados e passar a ensinar o que de fato é significativo para eles e dando oportunidades para eles desenvolverem a sua capacidade. Sobre esse assunto Maria Tereza Eglér fala o seguinte: para ensinar a turma toda, parte-se do fato de que os alunos sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe é próprio e de acordo com seus interesses e capacidades. Também é fundamental que o professor nutra elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e não desista nunca de buscar meios para ajuda-los a vencer os obstáculos escolares.

O ideal é que tenhamos uma educação inclusiva que elimine qualquer processo de discriminação e de desigualdade. Quando em uma escola existe sala de apoio, atendimento a pequenos grupos em horários opostos, currículo adaptado, tudo isso deve ser eliminado no currículo atual. A inclusão não prevê a utilização de métodos e técnicas de ensino específicos, os alunos aprendem nos seus ritmos e limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta essa condição e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.

## **Referências**

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Mediação. Porto Alegre, 2016

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** Summus: São Paulo, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 56.ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro / São Paulo, 2018.

**Lei 8069/90 do ECA.**